

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

Paulo Roberto Aguiar de Souza

**AÇÕES EDUCATIVAS DE COMBATE AO RACISMO NO ÂMBITO ESCOLAR E
VALORIZAÇÃO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA**

Belo Horizonte
2010

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PÓS-GRADUAÇÃO LATU-SENSU EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA-
LASEB**

Paulo Roberto Aguiar de Souza

**AÇÕES EDUCATIVAS DE COMBATE AO RACISMO NO ÂMBITO ESCOLAR E
VALORIZAÇÃO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA**

Belo Horizonte
2010

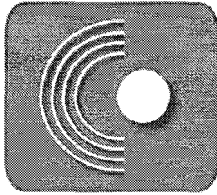
Paulo Roberto Aguiar de Souza

**AÇÕES EDUCATIVAS DE COMBATE AO RACISMO NO ÂMBITO ESCOLAR E
VALORIZAÇÃO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado junto ao Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Docência na Educação Básica (LASEB) da Faculdade de Educação da UFMG, como requisito parcial para obtenção de título de Especialista em História da África e cultura afro-brasileira: uma introdução a Lei nº. 10.639/03.

ORIENTADORA: Prof^a. Ms. Maria José Batista Pinto

Belo Horizonte
2010



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PÓS-GRADUAÇÃO LATU-SENSU EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

**ATA DE DEFESA DO CENTÉSIMO QUADRAGÉSIMO TRABALHO FINAL -
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO
BÁSICA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO HISTÓRIA DA ÁFRICA.**


Aos onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dez, realizou-se, na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, a apresentação do trabalho final de conclusão da quarta edição do curso LASEB - Pós-graduação lato sensu em Educação Básica - com o título_____


do aluno PAULO ROBERTO AGUIAR DE SOUZA. A banca examinadora foi composta pelos seguintes professores: Maria José Batista Pinto (Orientadora) Miriam Lúcia Santos Jorge e Liliane Santos Jorge. Os trabalhos iniciaram-se às 8 horas, atendendo a uma escala de apresentações definida pelo orientador. Após a apresentação oral da pesquisa, a banca examinadora fez uma arguição ao candidato. A banca se reuniu, em seguida, sem a presença da candidata e do público, para fazer a avaliação final. Em conclusão, a banca examinadora considerou o trabalho APROVADO, atribuindo-lhe a nota: 100, conceito A. O resultado final do trabalho foi comunicado ao aluno, que deverá encaminhar à Secretaria do curso a versão final em meio digital (CD), de acordo com as orientações da secretaria do colegiado de curso. Nada mais havendo a tratar, eu, Ana Maria de Castro Rocha, secretária do colegiado do curso, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será por mim assinada e pelos demais membros presentes. Belo Horizonte **11** de dezembro de 2010.

Aluna _____ n° de matrícula 2009743746

Professora  _____ Orientadora
Maria José Batista Pinto

Professora  _____ -convitado / avaliador
Miriam Lúcia Santos Jorge

Professora  _____ -convitado / avaliador
Liliane Santos Jorge



Ana Maria de Castro Rocha
Secretária do Colegiado de Curso Lato Sensu
Em Docência na Educação Básica

Paulo Roberto Aguiar de Souza

**AÇÕES EDUCATIVAS DE COMBATE AO RACISMO NO ÂMBITO ESCOLAR E
VALORIZAÇÃO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso de especialização apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em História da África e cultura afro-brasileira: Uma introdução à Lei no. 10.639/03 pelo curso de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Docência na Educação Básica, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientador (a): Maria José Batista Pinto

Aprovado em 11 de dezembro de 2010-12-15

BANCA EXAMINADORA

Maria José Batista Pinto - Orientadora - Laseb / Faculdade de Educação da UFMG

Liliane dos Santos Jorge – Professora Convidada – Laseb / Faculdade de Educação da UFMG

Miriam Lúcia dos Santos Jorge – Professora Convidada - Laseb / Faculdade de Educação da UFMG

Dedico este trabalho à minha família, aos meus colegas e aos meus alunos.

Agradecimentos

A todos os pesquisadores cujos trabalhos me deram o suporte teórico necessário, à minha orientadora, a Diana da Silva, por sua valiosa colaboração como Historiadora, a Thayara Patrícia, pelo suporte técnico.

Resumo

Este trabalho é resultado de pesquisas que venho realizando desde o início do curso História da África e Cultura Afro-basileiras, tendo como suporte as disciplinas do curso, minha prática pedagógica e alguns referenciais teóricos eleitos.

Observações in loco (ambiente escolar), na Escola Municipal Visconde do Rio Branco foram de suma importância para pensar numa prática com o objetivo de combater o racismo e valorizar a cultura afro-brasileira, bem como estimular a auto-estima dos alunos negros e promover a construção de um ambiente verdadeiramente democrático onde se respeite a diversidade étnico-racial. Com algumas atividades preliminares sendo desenvolvidas ao longo do curso, no período compreendido entre agosto de 2009 e novembro de 2010, pude ir desenvolvendo paulatinamente este plano de ação.

As ações aplicadas durante o período citado obtiveram resultados satisfatórios, causando certo impacto entre os alunos, o que já era esperado devido o fato do problema do racismo no âmbito escolar e nunca ter sido abordado até então, levando o corpo discente a algumas reflexões e reconhecimento da importância de rompermos o racismo.

O plano que termina de ser elaborado em dezembro de 2010, terá sua aplicabilidade efetiva a partir de fevereiro de 2011, devendo se estender ao longo do ano e o 1º semestre de 2012, e assim espero alcançar os objetivos propostos.

Palavras-chave: Educação Básica; identidade étnico-racial; relações étnico-raciais; combate ao racismo.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	01
1	CARACTERIZAÇÃO DOS DISCENTES.....	03
1.2	Os alunos e as relações étnicos raciais em seu cotidiano.....	05
2	JUSTIFICATIVAS: PORQUE COMBATER O RACISMO NA ESCOLA?	14
2.1	O racismo existe e está presente nas relações sociais cotidianas.....	14
2.2	A escola tem que assumir o compromisso de combater o racismo.....	18
3	REFERENCIAIS TEÓRICOS PARA UMA EDUCAÇÃO QUE PROMOVA A SUPERAÇÃO DO RACISMO.....	22
4	OBJETIVO GERAL.....	31
5	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	31
6	DESENVOLVIMENTO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	33
6.1	CRONOGRAMA.....	35
7	AVALIAÇÃO.....	48
	Considerações finais.....	48
	Referências bibliográficas.....	50

INTRODUÇÃO

“Os movimentos sociais, as lutas da comunidade negra exigem da escola posicionamento e a adoção de práticas pedagógicas que contribuem para a superação do racismo e da discriminação [...]é necessário uma formação político-pedagógica que subsidie um trabalho efetivo com a questão racial na instituição.Boa vontade só não basta!”(Gomes, 1995, p.188-189)

Ao iniciar o curso História da África e Cultura Afro-brasileira, eu tinha uma vaga noção da Lei 10.639/03 (que trata da obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira). Através da mídia eu tinha algumas referências cerca da lei, porém bastante superficiais. Falava-se dela ao noticiar episódios racistas ocorridos em jogos de futebol, prédios, boates, sendo ela o primeiro passo para o aperfeiçoamento de uma lei anti-racismo realmente eficaz. Citavam as ocorrências e as possíveis conseqüências para os autores. Nas escolas nunca ouvi nenhuma menção à lei, mesmo sendo o ambiente escolar bastante conflituoso do ponto de vista étnico-racial.

Participar do curso História da África e Cultura Afro-Brasileiras, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, desde agosto de 2009, vem modificando minha prática pedagógica e também me levado a refletir sobre o quanto o corpo docente nas escolas em que lecionei e leciono estão perdidos em relação à necessidade de implementar ações de combate ao racismo e a todas as formas de discriminação.

Sendo formado em Geografia, só lecionei história em algumas circunstâncias, mas o suficiente para perceber o caráter eurocêntrico do conteúdo. Os afro-descendentes eram mencionados somente em temas relacionados à escravidão e a abolição da mesma. Não havia nenhuma abordagem da questão étnico-racial, dos movimentos negros e da resistência negra. Lecionando geografia, eu abordava mais os aspectos físicos do Continente Africano, as fronteiras artificiais como

conseqüência do processo colonial, as guerras civis, a miséria e suas conseqüências.

Ao longo do curso, em algumas disciplinas, fui tomando conhecimento da riqueza da cultura africana, da diversidade, da religiosidade, aspectos antropológicos e da literatura na África de língua portuguesa. Também tem sido bastante enriquecedor o conhecimento em relação à resistência negra, da qual eu nunca tinha ouvido qualquer menção.

Nas escolas onde trabalho, através de observações cotidianas, o racismo e a discriminação é bem evidente em todos os espaços freqüentados pelos alunos. Seja em sala de aula, nas quadras esportivas, no pátio, refeitório e também nos espaços do entorno da escola são comuns os xingamentos, ofensas e até agressões físicas fundamentadas pelo preconceito e pelo racismo. Tais ações estão relacionadas ao fenótipo: a cor da pele, o tipo de cabelo, e à condição econômica e a estética, quando essa não se aproxima dos padrões estabelecidos pelas classes dominantes e pela mídia. Essas situações se confirmam no cotidiano do meu trabalho e ao remetermos aos estudiosos sobre a questão racial, vemos que trata-se de uma característica do racismo no Brasil.

Observei também que mesmo entre iguais o problema existe: alunos de mesma cor de pele se ofendendo em relação à cor; com o mesmo tipo de cabelo a “debochar” do cabelo do outro; preconceito em relação à religiosidade de origem africana, tratada de forma pejorativa e “debochada”.

Neste sentido, escolhi a Escola Municipal do Bairro Visconde do Rio Branco, para desenvolver esse trabalho que consiste em ações educativas de valorização da cultura afro-brasileira e de combate ao racismo no âmbito escolar. Para desenvolvê-lo, apliquei um questionário socioeconômico acrescido de questões relacionadas ao racismo e a discriminação, com o objetivo de levantar mais evidências que as obtidas apenas com a observação.

Assim tenho encaminhado esse processo contando com alguns colegas do corpo docente, que têm colaborado ao observar e relatar o que ocorre nas suas

aulas. Devido a gravidade desses fatos relacionados ao racismo e a discriminação, é de suma importância o desenvolvimento de ações e conteúdos que tenham como foco a História da África, mostrando o passado glorioso de um povo e a valorização das culturas afro-brasileiras em todos os aspectos, a desconstrução da identidade branca como opressora e dominadora, a construção da identidade negra na sua positividade e o combate ao racismo e a todas as formas de discriminação na comunidade escolar. Assim, apresento aqui o planejamento de minha ação pedagógica.

1. CARACTERIZAÇÃO DOS DISCENTES

Apresento aqui um perfil dos alunos das quatro turmas com as quais trabalho em relação a sua composição etária, de gênero, familiar e a relação com o percurso escolar e o meu trabalho pedagógico.

Trata-se de um grupo bastante heterogêneo, na sua maioria homens, com idade variando entre 10 e 15 anos. São três turmas da 1ª etapa do 3º ciclo, hoje 7º ano e uma turma da 3ª etapa do 2º ciclo, hoje 6º ano. Na turma de 6º ano, os alunos são mais homogêneos em relação à faixa etária, com a idade variando dos 10 aos 11 anos a maioria. Trata-se de uma turma onde a maioria dos alunos é do sexo feminino. A turma, com 30 alunos, sendo 18 meninas e 12 meninos, tendo uma com 14 anos, e outra com 13. Entre os meninos, a média de idade é maior, sendo que um tem 15 anos.

Com raras exceções, as meninas apresentam um nível de aprendizagem melhor que o dos meninos. Entre as meninas, apenas duas apresentam histórico de reprovação (retenção). Entre os meninos, dos 12, seis apresentam histórico de reprovação de outras escolas, sendo que o aluno de 15 anos veio transferido do Colégio Tiradentes. Esses repetentes são os de menor aproveitamento em todas as disciplinas e apresentam um comportamento agressivo, com um quadro de rebeldia que fez com que alguns professores abandonassem a escola. Houve um caso de uma professora de artes com pouco tempo em exercício na rede que pediu exoneração.

Nas três turmas de 3º ciclo, a situação se inverte em relação ao gênero: o sexo masculino predomina. A faixa etária é mais homogênea entre as meninas, variando de 11 a 13 anos, sendo que a maioria situa-se na faixa dos 12 anos. Entre os meninos a variação é maior: há poucos na faixa considerada normal para o 7ºano (12 anos), embora a maioria varie entre os 13 e os 15 anos. Assim como na turma de 6º ano, nesse grupo as meninas têm um rendimento médio melhor que os meninos.

Entre o gênero masculino, a maioria dos alunos são negros, pardos e muito pobres. É exatamente nesse grupo que é maior a indisciplina, a falta de interesse nas atividades e as agressões de conotação racista. São alunos que são estigmatizados por professores mais tradicionais, estereotipados com afirmações tipo :”malandros”, ”irrecuperáveis”, ”morrerão cedo”.

Em relação à família, percebe-se nas conversas que temos com os Familiares (mães, pais, tios, irmãos, avós, etc.), que poucos procedem de famílias estruturadas financeiramente, cujos pais vivem juntos e em harmonia. A maioria são oriundos de lares com casos de alcoolismo e outras drogas, pais desempregados ou com remuneração muito baixa. Há casos de alunos que não sabem quem é o seu pai, outros vivem com os avós devido o fato dos pais terem falecido assassinados ou de Aids.

Muitos pais afirmam que não sabem como controlar a vida dos filhos, que têm medo de sua rebeldia e das companhias com as quais eles andam e, totalmente perdidos, acreditam que a escola vai resolver esses problemas, atribuindo a ela a responsabilidade pela formação geral de seus filhos, que ela aponte propostas, encontre uma solução para todos os problemas exógenos, que não são de sua alçada.

Ao sair com esses alunos para uma excursão a um museu, biblioteca pública, uma apresentação de um Corpo de Baile no Palácio das Artes, noto que eles apresentam certo “complexo de inferioridade”, baixa auto-estima, como se não fossem dignos de estar ali. Nota-se isso em função das mudanças de

comportamentos e dificuldades de interação nesses espaços, sendo que até mesmo entre os alunos mais descontraindos e expansivos no ambiente escolar, percebemos traços como de timidez quando chegam nesses outros ambientes, e perceptivelmente, um certo complexo de inferioridade, mesmo entre os mais descontraindos e expansivos no ambiente escolar.

A relação dos alunos comigo remete a uma certa ambiguidade: por um lado sou considerado um professor “legal”, sempre de bom humor, brincalhão, que os ouve, compreende suas dificuldades, conversa sobre drogas, violência, música, etc. Por outro lado, alguns me consideram um estranho, dizem que sou rico, muito branco, e que não entendem porque eu defendo gente negra.

A relação com as matérias (lecionei geografia e história durante 3 meses) é a seguinte: com a geografia fazem comentários positivos, que gostam dos mapas, dos desenhos que faço no quadro, das fotos do livro didático. Já com a história, surgem algumas críticas como: “para que estudar o passado”? Eu argumento que os estudos do passado são de grande importância para entendermos o presente, que passado e presente estão interligados.

1.2 Os alunos e as relações étnico raciais em seu cotidiano

Para conhecer um pouco mais os alunos, suas condições sócio-econômicas, a culturais e a relação étnico raciais, apliquei um questionário composto de 23 questões, 11 alunos correspondentes a 4 turmas, participaram respondendo-o.

Tabela 1-Percentual de alunos entrevistados por gênero

Gênero	%
Feminino	56,8
Masculino	43,2

Tabela 2-Percentual de alunos entrevistados por faixa etária

Ano	%	
1995	4,5	
1996	8,1	
1997	27	84,4% possuem
1998	56,8	13 anos ou menos
1999	3,6	

Tabela 3- Escolaridade dos pais e mães(comparação)

Escolaridade	Pais (%)	Mães (%)
Nenhuma	3,6	0,9
Menos que 4ª série	9	4,5
4ª série completa	18,9	9
Menos que a 8ª série	25,5	14,4
Fundamental	20,7	31,5
Médio incompleto	10,8	25,5
Médio completo	7,2	13,5
Superior incompleto	1,8	4,5
Superior completo	0,9	1

Através da análise do gráfico 3, constata-se que entre os que não possuem nenhuma escolaridade até os tem o fundamental incompleto, o percentual dos pais é maior que o percentual das mães. Ao contrário, quando observamos o grau de escolaridade à partir do ensino fundamental completo até o superior completo, as mães apresentam melhor percentual, um melhor nível educacional. Do total de alunos, no caso dos pais, dois não declararam. Em relação às mães, todos declararam. A hipótese que levanto para o fato de dois não terem declarado a

escolaridade dos pais é que talvez não os conheçam ou tenham pouco ou nenhum contato com eles.

Durante a aplicação do questionário, foram muitos os alunos que pediram minha ajuda para esclarecê-los em relação a como responder esse item, que seus pais tinham feito tal curso e onde eles deveriam marcar.

Tabela 4-Ocupação dos pais e mães (comparação)

Ocupação	Pais (%)	Mães (%)
Agricultor	0,9	
Industriário	15,3	15,3
Banco, comércio, transporte	25,2	27,2
Funcionário público todos os níveis	13,5	22,5
Militar	0,9	
Guarda Municipal	0,9	
Professor (a) sem curso superior		1,8
Professor, médico, advogado e outros com curso superior		0,9
Autônomo	15,3	9
Trabalha em casa (serviços diversos)	8,1	16,2
Carreto	9	
Não trabalha	4,5	2,7
Está desempregado	7,21	4,5

Analisando o gráfico 4, percebe-se que alguns pais exercem funções ligadas a segurança, trabalho como autônomo e no setor primário. Também entre eles está o maior percentual de desempregados e de pessoas que não trabalham.

Entre as mães, muitas trabalham em casa, o percentual das que trabalham no setor terciário é maior (bancos, comércio, transporte), há uma que trabalha em função de nível superior (professora) e também é menor entre elas o percentual de desempregados e dos que não trabalham.

Tabela 5-Renda familiar dos alunos pesquisados.

Renda	%
Até 1 salário mínimo(até R\$510,00)	27
De 1 a 2 salários mínimos(R\$510,00 a R\$1020,00)	63,03
De 2 a 5 salários mínimos(R\$1020,00 a R\$2550,00)	9,9
De 5 a 10 salários mínimos (R\$2550,00 a R\$5100,00)	
Mais de 10 salários mínimos (mais de R\$5100,00)	

Analisando a renda familiar, constata-se que o maior percentual situa-se na faixa entre 1 e 2 salários mínimos, seguidos daqueles com renda familiar de até 1 salário mínimo. O menor percentual é o de renda entre 2 a 5 salários mínimos. Nas demais faixas de renda nada consta.

Tabela 6-Nível de leitura.

Leitura	%
Jornais	8,10
Revistas de informação geral	6,3
Revistas em quadrinhos	76,6
Revistas científicas	3,6
Romances, livros de ficção.	50
Nada além dos livros escolares	14,4

A análise da tabela 6 demonstra que a leitura de revistas em quadrinhos tem o maior percentual no item leitura, seguida da leitura de romances e ficção. O percentual de alunos que afirmaram só ler os livros didáticos não é desprezível.

Tabela 7-Gêneros musicais ouvidos

Gênero	%
Rock	7,2
Jazz	
Blues	
Sertanejo	46,8
Axé	56,7
Samba	5,4
Funk	76,6
Clássico	0,9
MPB	2,7
Outros	19,8

Entre os gêneros musicais, o Funk foi o que obteve maior percentual de preferência. Não foi nenhuma surpresa, pois esse gênero tem sido o mais divulgado na periferia, especialmente entre os adolescentes e jovens negros. O Axé ficou em segundo lugar como gênero predileto. O samba, gênero musical máximo da cultura afro-brasileira, tão incorporado à nossa Identidade Nacional, foi um dos menos aceitos.

Dos alunos entrevistados, ao serem perguntados se percebiam alguma relação com a África nos gêneros musicais que gostam 9,9% disseram que sim enquanto os demais não percebem nenhuma ligação. Isso demonstra a falta de conhecimento em relação à origem dos gêneros musicais afro-brasileiros, mesmo no caso do Axé e do Funk, os de maior percentual de preferência.

Em relação à literatura, apenas 9,9% disseram ter lido livros relacionados à África. 90,1% declararam nada ter lido sobre o continente.

Tabela 8-Em relação à cor ou etnia, dos alunos entrevistados.

Etnia (cor)	%
Negro	27,03
Indígena	0,9
Branco	18,01
Pardo	54,06
Outro	

A análise da tabela 8 nos mostra que a maioria se considera pardos. Os negros aparecem em segundo lugar, seguidos dos que se consideram brancos e uma menina se declarou indígena por ser morena, ter cabelos pretos lisos e disse que sua avó materna era índia. Mas pude constatar, através da observação, que seus traços tinham algo de europeu, sendo, portanto, mestiça.

Ao realizar a pesquisa através deste questionário, pude constatar muita das afirmações de vários autores pesquisados. Uma das questões aplicadas era: você é racista? Antes do início da aplicação, deixei claro que se tratava de racismo contra negros. Cinco alunos, na faixa entre 12 e 14 anos afirmaram que sim. Foram dois negros e três pardos. Questionei os cinco sobre o fato de se declararem racistas.

Um dos negros disse que negro é feio, mas ele se considera bonito, que não gosta de outros negros porque eles são maus. Disse que gostaria de ser branco porque tudo de bom é para os brancos, que os brancos são mais ricos e menos perseguidos pela polícia.

O outro negro é muito infrequente, raramente vai à escola e tem um rendimento ruim em todas as matérias. Disse que tem vergonha de ser negro porque viram muitos dos seus familiares serem humilhados por causa da cor, que sente vergonha dos seus parentes, que ele mesmo já sofreu muitas humilhações.

Também sente inveja de quem é branco, de quem tem cabelo liso, que os negros são muito pobres enquanto os brancos possuem melhores casas, carros, roupas, entre outras coisas. Também associou feiúra à cor preta e que não gosta de outros negros e nem dos brancos.

Entre os pardos, um afirmou que por ser mais claro não gosta dos negros, que se sente melhor que eles. Mas se considera inferior aos brancos, e que gostaria de se parecer com o cantor Justin Bieber.

O segundo disse que foi agredido por uma turma de negros e por isso os odeia, e se acha mais parecido com os brancos.

O terceiro disse que é um moreno bonito e que tem amigos brancos, e que os negros são do mal, que praticam macumba, mas que muitos brancos também são macumbeiros. Eu disse a ele que ele era mestiço, que tinha ascendência africana, européia e talvez indígena. Disse a ele que eu também era mestiço, que tive uma bisavó negra. Ele não acreditou. Disse que eu era muito branco e tinha cabelo liso, ficou nervoso e não quis mais conversa.

71,2% disseram conhecer pessoas racistas, enquanto 5,4% (6 alunos) disseram que já presenciaram práticas racistas fora da escola, mas não descreveram os fatos que presenciaram. Apenas uma aluna disse ter sido chamada de macaca pela cunhada do seu padrasto.

Em relação à maneira como são retratadas as camadas sociais mais pobres nos meios de comunicação, especialmente na televisão, mais especificamente em novelas, 17,1% (19 alunos), disseram que não percebem essas coisas. 9% (10 alunos) afirmaram que os pobres são retratados de forma humilhante. Os demais não responderam, evidenciando pouco conhecimento sobre o assunto.

Em relação a como são retratados os negros pelos mesmos meios de comunicação, 13,5% (15 alunos) não souberam. 12,6% (14 alunos) disseram que os negros são retratados com humilhação, como empregados domésticos, bandidos,

presidiários, mendigos. Os demais num total de 78,9% (82 alunos) não responderam.

Ao questionar os alunos que afirmaram não saber, eles disseram que observam mais as pessoas bonitas e engraçadas, que não dão importância para cenas de pobreza, de humilhações. Fazendo o mesmo questionamento aos que nada responderam, eles disseram que não acham importante ter que responder a tais questões.

Outra questão foi sobre a maneira como são retratados os negros nos livros, o que 100% não souberam.

Em relação a negros (exceto desportistas) que ascenderam socialmente e chegaram a alguma posição de destaque no Brasil, e que citassem exemplos, 76,6%(85 alunos), disseram sim, e citaram atores, jornalistas, políticos. Os demais responderam que não sabiam.

Na questão referente a ter sido vítima ou praticado ato racista, ou ter presenciado tais atos dentro da escola, 1,8%(2 alunos) disseram ter sido chamados de macacos. 0,9%(1 aluno) disse que um professor o chamou de “nego preto”. 7,25(8 alunos) presenciaram colegas sendo chamados de “macacos”, “macaca chita”, entre outros apelidos de conotação racista. Os demais não responderam.

Em relação aos alunos que em várias questões afirmaram não saber ou não responderam, vejo uma despreocupação com o problema do racismo e da discriminação, já que 71,2% afirmaram conhecer pessoas racistas.

Outro item importante foi o que se pede aos entrevistados para opinar sobre o que deve ser feito para combater o racismo na escola. Nesse caso, optei por descrever o resultado em uma tabela, como em outros casos.

Tabela 9-Consulta feita aos alunos sobre que medidas adotar para combater o racismo na escola.

Medidas a adotar	%
Divulgar mais a verdadeira história da África	24,3
Conhecer mais a geografia da África	31,5
Valorizar os rituais afro-brasileiros (candomblé, umbanda)	0,9
Divulgar e valorizar penteados afros	19,8
Divulgar e valorizar a música de raízes africanas	
Estimular a leitura de livros que valorizam o negro e a cultura afro brasileira	
Introduzir a prática da capoeira no ambiente escolar	35,1
Conscientizar os alunos de que o racismo constitui crime e é punido com rigor	82,3
Assistir filmes que abordam a questão do racismo, suas causas e o seu combate	5,4
Assistir filmes africanos que mostram a África sob a visão de quem é africano	0,9

A análise da tabela 9 mostra o que os alunos pensam em relação a medidas de combate ao racismo na escola. A grande maioria considera que conscientizar os alunos de que racismo é crime e é punido com rigor. Esse foi o de percentual mais elevado. Nenhum aluno marcou o item que sugere a valorização da música de raízes africanas e o de estimular a leitura de livros que valorizam o negro e a cultura afro-brasileira. Isso reflete o desconhecimento já citado na análise da tabela 7, na qual os dois gêneros de maior percentual de preferência possuem raízes africanas e é um fato de total desconhecimento por parte deles.

Partindo de minhas análises, a sociedade brasileira, que incorporou elementos da cultura africana na construção da identidade nacional. Mas o que predomina é a propagação da idéia de que a estética ideal é a baseada nos fenótipos

eurobrasileiros, introjetando nas pessoas desde a infância, a imagem do ser branco do cabelo bom como positiva e do ser negro do cabelo crespo como algo que não é o ideal, o aceitável. É através dessa introjeção que muitas crianças e adolescentes negros não querem se sentir negros, não querem parecer negros, sentem vergonha de o ser. Muitos não se sentem negros, ou parecem fingir que não o são.

A mídia tem tido importante papel negativo nesse sentido, ao promover a difusão dos valores euro-brasileiros, incluindo aí sua estética supostamente superior, seja em telenovelas, programas de auditório, concursos de beleza, programas infantis (o que é pior). Os meios publicitários, veiculados através da mídia, muitas vezes exercem esse papel pernicioso ao veicular nos comerciais, a suposta superioridade da estética euro-brasileira.

2.JUSTIFICATIVAS: PORQUE COMBATER O RACISMO NA ESCOLA?

2.1 O racismo existe e está presente nas relações sociais cotidianas

O desenvolvimento desse trabalho que tem como foco o combate ao racismo no âmbito escolar, se justifica pela existência do racismo no nosso cotidiano e a necessidade de superá-lo, tendo em vista o que muitos estudiosos vêm nos apontando.

O racismo e a discriminação aos negros estão presentes na sociedade brasileira, conseqüentemente se manifesta também no ambiente escolar, que tem o papel fundamental de promover a socialização das gerações, ensinar o conteúdo formal necessário à integração na vida social e profissional, como também promover a transformação de um povo, de modo mais democrático e comprometido, que estimule a formação de valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças existentes entre os grupos que compõem a nossa sociedade, valorizando o ser humano.

Definido como um comportamento, que é resultado da aversão, muitas vezes ódio para com aqueles que possuem um fenótipo diferente, evidente por meio de

traços como cor de pele, tipo de cabelo, forma dos olhos, está fundamentado na crença da existência de raças superiores, na tentativa de se impor como única ou Verdadeira (MUNANGA & GOMES,2006).

No Brasil, o preconceito racial possui características específicas, pois leva em consideração o fenótipo: características físicas como cor da pele, cabelo, formato do nariz e da boca, gerando agressões verbais e até mesmo físicas contra aqueles que possuem fenótipo diferente daquele fenótipo instituído como o ideal, perfeito, dentro dos padrões estéticos eurocentricos, tão difundidos pela elite euro-descendente, pela literatura, pelo cinema e pela mídia.

País historicamente formado pela diversidade de grupos étnico-raciais, com pluralidade de costumes, crenças, entre outros, vive uma ambiguidade: é ou não racista? Tal questão muitas vezes é remetida a fatos ocorridos no exterior, como o racismo estadunidense, sul-africano e, não podendo ser excluído, os casos de “limpeza” étnica, ou extermínio étnico como ocorreu na Alemanha Nazista e na Bósnia. Tais fatos sim, são usados por alguns autores como evidência de que não há racismo no Brasil, porque entre nós não houve tamanha violência.

Forjou-se a ideologia do “paraíso racial”, aceita pela população brasileira, e que é ainda introjetada por muitos negros, índios, brancos e outros. É uma visão romantizada, criada sob o mito da Democracia Racial, cujo maior expoente de tal disparate ideológico foi o sociólogo Gilberto Freyre. Tal idéia de democracia racial foi defendida por Freyre em seu livro Casa Grande e Senzala, persistindo até hoje e impregnado nas nossas atitudes e ações cotidianas.

Para Freyre (1933), a miscigenação de nossa sociedade era motivo de orgulho para nosso povo, porém ele desconsiderava que a mesma foi construída a partir da dominação, da violência sexual de homens brancos contra as mulheres negras e indígenas.

Acreditava-se, através desse mito, que a mestiçagem contribuía para o embranquecimento da raça, quando na realidade ocorreram as duas faces do processo de miscigenação: o branqueamento e o enegrecimento.

Segundo Munanga(2006,p.89),o mito da democracia racial, baseado na dupla mestiçagem biológica e cultural entre as três raças originárias, tem uma penetração muito profunda na sociedade brasileira; exalta a idéia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não-brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade.

As culturas ligadas a específicos grupos étnicos que vieram da África sincretizaram-se entre si e transformaram-se numa só cultura associada historicamente a todos os negros brasileiros. Foi incorporada pela sociedade brasileira, que até os anos 20 do século XX a estigmatizava, sitiava, proibia como algo que contaminaria a cultura euro-brasileira, judaico-cristã.

Hoje essa cultura afro constitui peça importante na identidade nacional, através da culinária, da música,da dança,enfim,dos elementos culturalmente representativos do nosso país perante o mundo. Os símbolos dessa cultura tornaram-se símbolos nacionais.

Mas se a cultura negra foi incorporada à identidade nacional, porque a população que é a fonte primordial dessa cultura,como grupo étnico-racial, não foi incorporada na mesma proporção,do ponto de vista socioeconômico? Por que não são reconhecidos também como construtores históricos e legítimos da sociedade brasileira?

Embora seja uma sociedade pluriétnica, o Brasil apresenta uma brutal desigualdade social com a qual já estamos bastante familiarizados: majoritariamente, os brancos compõem as classes mais favorecidas da população,

ao passo que os negros, também majoritariamente compõem o cenário miserável do universo social brasileiro.

Os negros sofrem o que, de acordo com Luciana Jaccoud e Nathalie Begin (2002) dois tipos de discriminação: a direta, derivada de atos concretos de discriminação, como a discriminação devido a cor da sua pele; e a discriminação indireta, considerada pelas autoras como a mais perversa por se tratar de práticas institucionais ou administrativas, evidenciadas pelos indicadores socioeconômicos desfavoráveis a esses grupos.

Podemos constatá-los através do pouco sucesso dos negros e pardos na educação, no mercado de trabalho conseqüentemente, no precário atendimento à saúde, moradia, saneamento entre outros. É também esse grupo formado por negros e pardos que sofre mais com a violência urbana, doméstica e policial.

Esse cenário de violência acaba produzindo um aumento da criminalização da população jovem, especialmente entre juventude negra, combinando sistema educacional precário, desemprego, tráfico de drogas e armas, formação de gangues e confinamento desses jovens em favelas, morros e periferia violenta.

As mulheres negras sofrem duplamente com a discriminação: pelo fato de serem negras e mulheres. São vistas como objeto de prazer sexual, objeto amplamente divulgado através da figura da mulata, termo comprovadamente discriminador. Essa desigualdade racial é muitas vezes, mascarada com o já citado e ainda existente mito da democracia racial.

Ao afirmar que somos uma democracia racial, os defensores desse mito acabam por perpetuar estereótipos, preconceitos e discriminações acerca desse grupo racial. Se, pela lógica do mito, todos os brasileiros estão em condições de igualdade, tiveram as mesmas oportunidades desde o início da formação da sociedade brasileira, pode-se afirmar que as desigualdades são conseqüências da incapacidade inerente a esses grupos que estão em desvantagem socioeconômica. Assim, reforça-se a perpetuação de estereótipos sobre os negros e simultaneamente, as discriminações e as desigualdades raciais.

Segundo Teixeira (1992, p.22), a discriminação racial pode ser originada de outros processos sociais, políticos e psicológicos que vão além do preconceito desenvolvido pelo indivíduo. É a distinção entre a discriminação provocada por interesse. Essa tem a noção de privilégio como foco principal, ou seja, a continuidade e a conquista de privilégios de determinado grupo sobre o outro seriam as responsáveis pela sua perpetuação, "independente do fato de ser intencional ou apoiada em preconceito".

Diante desse contexto do racismo na nossa sociedade, é evidente que o racismo e a discriminação ocorrem também na sala de aula e em todo o espaço escolar. Através de observação e da aplicação de um questionário com questões socioeconômicas e étnico-racial (em anexo), pude constatar evidências do racismo no cotidiano escolar, constituindo um problema que necessita urgentemente de um plano de ação para o combate e superação dessa prática na comunidade escolar, promovendo nesse sentido uma transformação das relações étnico raciais.

2.2 - A escola tem que assumir o compromisso de combater o racismo.

A partir das considerações tecidas anteriormente, podemos nos interrogar sobre o que justifica um trabalho anti-racista na escola, tendo em vista a complexidade desse problema na nossa sociedade. Nesse sentido, buscamos justificar a importância da escola nessa ação.

As crianças negras recebem apelidos pejorativos e constrangedores do tipo "macaca chita", "nega(o) preta(o)", "pau de fumo", "macumbeiro(a)", numa alusão negativa e estereotipada da religiosidade afro-brasileira.

As relações estabelecidas no âmbito escolar no que concerne ao ensino aprendizagem são muito complexas, em se tratando da temática racial. A criança já chega à escola com uma ampla bagagem, seja de cunho racista, discriminador, seja como vítima dessas agressões.

As práticas racistas na infância podem deixar sequelas difíceis de serem sanadas. O papel da escola é fundamental no auxílio a essas vítimas do racismo e da desigualdade racial institucionalizada em nosso país. Mas por ser uma temática extremamente delicada, a discussão sobre o assunto é geralmente tensa e desprezada pela maioria dos docentes. As relações raciais na escola são movidas por uma invisibilidade por parte dos docentes e da comunidade escolar, na maioria das vezes tentando resolver os conflitos como caso de polícia.

Quando se propõe uma discussão sobre o assunto com os professores, muitos se sentem desconfortáveis, alegam falta de tempo e até mesmo alegam que o problema não existe da forma como muitos acreditam.

Tais negações da existência do problema podem ser frutos do mito da democracia racial, e um fato importante de ser relatado é que segundo ouvi de alguns colegas que trabalham em outras escolas, muitos dos professores que acreditam na democracia racial são negros e pardos. Será que acreditam mesmo nisso ou têm vergonha ou dificuldade de abordar o assunto?

Segundo Cavalleiro (2001, p.153), a ausência de iniciativas diante de conflitos raciais entre alunos e alunas mantém o quadro de discriminação. Diante desses conflitos, o “silêncio” revela conivência com tais procedimentos. Um passo importante em busca de uma educação anti-racista é reconhecer a existência de atitudes discriminatórias na escola e dar atenção quando essas atitudes ocorrerem.

O silêncio pode levar o aluno a se sentir abandonado, sem o apoio de uma pessoa que o conforte faça algo para fortalecer sua auto-estima. A falta de ação pode levá-lo à revolta e assim, o aluno passa a ser considerado violento, adquirindo o estereótipo de agressivo, desconsiderando a violência racial que ele sofreu.

Direção, pedagogos, professores precisam e devem tomar atitudes para combater o problema, que devido a sua gravidade, pode deixar sequelas que acompanharão esse aluno até a vida adulta.

O sistema educacional atual tem sido pouco atraente aos afro-descendentes. Os conteúdos programáticos impostos, não valorizam o universo dos afrodescendentes, o que conseqüentemente não estimula a elevação de sua autoestima, aliado ao racismo constante em sala de aula e no ambiente escolar, reduz o estímulo à continuidade dos estudos. Também pode-se destacar a quase ausência de exemplos de profissionais negros bem sucedidos no mercado de trabalho que sirvam de estímulo para que essas crianças e jovens negros percebam melhores perspectivas de retorno profissional para aqueles que investem nos estudos.

Paraíso (1998), afirma que o currículo manifesto, formal, constitui as práticas explícitas. Mas implicitamente está o currículo oculto, onde circulam idéias não percebidas ou omitidas pelos docentes, que interferem, afetam, influenciam positivo ou negativamente o desempenho escolar. Preconceitos, discriminações e intolerâncias podem estar enraizados aí, ligados às relações de classe, religião, sexo, raça e cultura.

A escola tem um papel importante a cumprir nesse processo de combate ao racismo e ao preconceito. Seus profissionais das várias áreas não devem silenciar diante de tais fatos, e sim cumprir seu papel de educadores(as), através da construção de práticas pedagógicas e estratégias de promoção da igualdade racial no cotidiano escolar.

Romper com o mito da democracia racial, implementando ações afirmativas voltadas para o povo negro e afro-descendente, denunciar o racismo e superar estereótipos e opiniões preconceituosas sobre os mesmos.

Segundo Gomes (2004), as representações negativas sobre o negro brasileiro foram construídos no contexto da escravidão e foram introjetadas nos indivíduos brancos e negros pela cultura. A escola como espaço de formação, socialização e sociabilidade é o local adequado onde essas representações podem ser superadas. Ainda segundo esta autora, a educação e os educadores têm o papel primordial de desmistificar a questão racial na sala de aula. Para isso, o professor deve conhecer a cultura negra nas suas especificidades históricas, rompendo com o olhar que

ainda cristaliza o negro no lugar do “exótico e do folclórico”. Para agir assim, os educadores e as educadoras precisam assumir posturas políticas e pedagógicas comprometidas com essa questão, a fim de mudarem suas práticas.

Gomes (2002), afirma que os negros se deparam com diferentes olhares sobre o seu pertencimento racial, sobre a sua cultura, sua história, seu corpo e sua estética. Muitas vezes, esses olhares chocam-se com a sua própria visão e experiência da negritude. É o complexo campo das identidades e das alteridades, das semelhanças e diferenças, e das diversas maneiras como essas são tratadas pela sociedade.

Ainda segundo Gomes (1995), precisamos garantir que as crianças e adolescentes de grupos discriminados recebam estímulos, sempre pronunciados de maneira clara e direta. As falas positivas a respeito da família, da cultura ou do grupo racial a que pertence a criança e o adolescente também contribuem para provocar neles um sentimento de valorização de sua cultura.

Concluindo, a Lei nº10. 639/2003, promulgada em 9 de janeiro de 2003-que altera a Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional(LDB) e inclui no currículo oficial dos estabelecimentos de ensino básico das redes pública e privada do país a obrigatoriedade de estudo da temática história e cultura afro-brasileira-, é um marco na luta pela superação da desigualdade racial na educação básica brasileira. Aliada a ela, temos as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Africana”, aprovadas em março de 2004 pelo Conselho Nacional de Educação, mostram o caminho a seguir, através de importantes medidas de ação afirmativa que respondam a um conjunto de reivindicações históricas de um grupo de brasileiros que ajudaram a construir nossa cultura e identidade nacional, mas que há quase cinco séculos lutam contra o racismo e a discriminação e por políticas públicas capazes de superar a realidade racista e excludente ainda existente em nosso país.

Assim, baseado nos fatos que evidenciam que a democracia racial no Brasil é um falácia, que o racismo e a desigualdade racial estão bem arraigados e

transparentes em nossa estratificação social, refletindo na comunidade escolar, justifico o desenvolvimento desse plano de ação.

Mas, tratando-se do racismo no âmbito escolar, que hipótese pode-se levantar sobre suas causas? É notório que o preconceito não é inato. Ninguém nasce racista. O racismo é aprendido socialmente. Nenhuma criança nasce preconceituosa. Ao contrário, ela aprende a sê-lo. A trajetória de socialização começa no ambiente familiar, na vizinhança, escola, igreja, círculo de amizades e se prolonga na vida profissional, social e em movimentos políticos.

Gomes (1995) afirma:

”Podemos considerar que os primeiros julgamentos raciais apresentados pelas crianças são frutos do seu contato com o mundo adulto. As atitudes raciais de caráter negativo podem, ainda, ganhar mais força na medida em que a criança vai convivendo em um mundo que a coloca constantemente ante a estereotipação do negro, do índio, da mulher e do pobre”.(p. 54).

É diante dessas leituras e análises que justifico a importância desse trabalho na em prol de uma educação das relações étnico raciais de combate e superação do racismo.

3. REFERENCIAIS TEÓRICOS PARA UMA EDUCAÇÃO QUE PROMOVA A SUPERAÇÃO DO RACISMO

Responder às questões do final da justificativa não é fácil, sem dúvida. Voltemos à afirmativa de que ninguém nasce racista. Talvez teorias religiosas de cunho espírita(Kardecismo) afirmem que as pessoas podem trazer no inconsciente heranças comportamentais de vidas passadas, sejam elas boas ou más, mas não cabe aqui discorrer sobre tal tema.

Desde criança convivi com pessoas que faziam piadinhas sobre negros: *”branco correndo é atleta, negro correndo é ladrão”*; *”preto se não ‘faz’ na entrada faz na saída”*. Muitas vezes testemunhava fatos como o de jogadores de futebol que eram abordados pela polícia por serem negros dirigindo carros caros. Foi ficar estarecido

ao presenciar policiais negros tratar os brancos com mais polidez e ao abordar um igual, negro, tratá-lo com rispidez. Imagine uma criança negra presenciando tais fatos. Qual seria sua reação? De revolta ou sentiria vergonha de ser negro, introjetando a idéia de que ser negro é feio, é repreensível.

As piadas sobre o negro emitidas em nossa sociedade estão carregadas da idéia de que o negro é inferior racialmente. A forma contraditória como o povo brasileiro branco (ou que se considera como tal) julga as pessoas negras confirma a lamentável existência do preconceito racial entre nós.

Como já citado, o preconceito como atitude não é inato. As atitudes raciais de caráter negativo podem ganhar mais força à medida em que a criança vai convivendo em um mundo que a coloca constantemente diante do trato negativo dado aos negros, pardos, indígenas, homossexuais, idosos e pobres.

O racismo no Brasil, ao contrário do que houve nos Estados Unidos e no regime de Apartheid na África do Sul, é camuflado pela mídia, talvez com o intuito de inculcar nas massas a idéia da democracia racial.

Mas a própria mídia se encarrega de propagar o racismo e a discriminação através de novelas, comerciais, propagandas, nas quais insiste em retratar os negros e outros grupos étnico raciais que vivenciam a exclusão, de maneira indevida e equivocada. Nota-se que com raras exceções, os negros, os pardos e os pobres são retratados como mal educados, que gritam, falam alto, fazem barulho. Também são estereotipadas como pessoas que possuem nomes estranhos (Marinete, Rosicleide, entre outros), ou que apresentam sobrenomes anglo-saxões como nomes (Washington, Douglas, Jefferson, Wellington, etc.). Aí a pergunta? As novelas, séries, filmes nacionais, refletem o mundo real dessas pessoas? Mas esse mundo é reflexo do baixo nível educacional, do pouco acesso à informação, das péssimas condições as que estão submetidos devido à discriminação e a desigualdade racial.

Ainda em relação à mídia, negros e pardos aparecem como bandidos, empregadas domésticas, motoristas, aqueles que ocupam os cargos mais subalternos. Reflexo da realidade?

Na mídia, normalmente dá-se ênfase aos padrões estéticos euro-brasileiros: cabelos mais lisos, pele clara, enfim, aos fenótipos europeus. Aliado a isso, nas novelas, séries, filmes, as pessoas que apresentam o fenótipo euro-brasileiro são as de melhor posição socioeconômica, os personagens principais. Com raras exceções vemos um afro-descendente entre os personagens principais, e quando o é, trata-se de alguém subalterno que por seu bom caráter consegue a simpatia dos brancos dominadores. O mesmo ocorre na maioria dos comerciais, onde raramente um negro é visto dirigindo num comercial de automóveis. Geralmente são guardas de trânsito ou frentistas nos postos de combustíveis.

Na música, lembro-me de uma, quando eu era criança, uma música carnavalesca cuja letra dizia: "nega do cabelo duro, qual é pente que te penteia?, qual é o pente que te penteia...". O título da música era "Nega do cabelo duro". Havia outra, também carnavalesca, cuja parte da letra dizia; "tem nego preto aí, tem nego preto aí...". As pessoas achavam graça e cantavam nos bailes de carnaval. Era tudo muito normal. Ninguém questionava que aquilo era pejorativo.

Lembro-me que em certa ocasião, a apresentadora Xuxa fez uma declaração sobre um certo sucesso que estava fazendo em alguns países: "lá fora, as pessoas pensam que no Brasil só tem negros. Quando me conhecem, percebem que aqui também tem pessoas louras de olhos claros". Lembro-me bem que tal afirmação foi dita com certa idéia de superioridade. Tudo bem, somos uma sociedade plurirracial, mas ela passou a idéia de que o fato de ser loura de olhos claros transmitia uma imagem mais positiva do Brasil no exterior.

Creio que declarações como essas são introjetadas pelas crianças, sejam elas brancas, pardas ou negras, transmitindo para elas a idéia de que o bonito é ser louro de olhos claros.

No ambiente escolar, tenho observado que as agressões de cunho racial e em relação ao fenótipo, geram, de início, reações muitas vezes violentas, seguidas de choro, indignação e posteriormente uma certa anestesia, como que a se conformar e aceitar como normal.

Desde cedo à criança negra está sujeita à discriminação no interior da escola, sofrendo agressões que atentam contra a sua auto-estima comprometendo a construção de uma imagem positiva de si mesmo. Assim, essas experiências discriminatórias passam a constituir a identidade do indivíduo, que internaliza a partir disso uma visão depreciativa do ser negro e uma visão positiva do ser branco. Fica um pouco conformada com a situação, como a acreditar que o branco, ou aquele que se acha como tal, é superior ao negro e a todos aqueles cujo fenótipo é contrastante ao seu.

Segundo Fazzi (2004), naturalizar o estereótipo branco como sinônimo de bonito faz com que as crianças entendam e assimilem a cor preta como adjetivo pejorativo, ao feio. Essa autora, através de uma pesquisa com 40 crianças pobres questionadas sobre se queriam ser pretas, constatou que 26 responderam não, porque preto é “feio ou é uma cor feia”. “A ênfase dada pelas crianças aos aspectos estéticos, distinguindo entre o que é feio e o que é bonito, sugere o desenvolvimento do preconceito racial visual, provavelmente através de pistas verbais, quando da aquisição de padrões de beleza” (Fazzi, 2004). A autora argumenta que esse padrão é reforçado pela falta de elogio às diferenças. Segundo ela, desde muito cedo a criança aprende que o cabelo liso é que é bonito, sem que haja contrapartida em relação ao cabelo crespo. Não há elogios ao cabelo crespo das crianças e adolescentes negros.

Segundo Gomes (2002), os padrões de estética corporal desenvolvidos historicamente pelos negros no Brasil têm sido objeto de estereótipos e representações negativas, em grande parte reforçados pela escola. Que aspectos visíveis do corpo negro, como o cabelo e a cor da pele são representados nas relações de poder e serviram para justificar a colonização, encobrir intencionalidades econômicas e políticas, ao mesmo tempo construindo um padrão de beleza e de fealdade que estigmatiza os negros.

Nogueira (1998), afirma que não é incomum que negros(as) façam cirurgias plásticas numa tentativa de mudar suas características físicas. É o desejo introjetado no negro, de parecer branco para superar sua “inferioridade” e se aproximar dos padrões impostos pelos racistas. É a negação e o “ódio” ao próprio corpo.

Em minhas observações feitas no cotidiano escolar, percebo que muitas alunas negras e pardas alisam o cabelo, a tal “chapinha”. Lembro-me de uma aluna que ao sair da escola, começou a chover e ela desesperada, começou a chorar porque a água da chuva ia estragar seu penteado. São muitas que ficam preocupadas: *“eu não trouxe sombrinha e vai chover. Como é que fica o meu cabelo?”*

Segundo Silva (1995), a estereotipagem é uma prática potencialmente preconceituosa, uma vez que interfere na formação da identidade dos sujeitos a qual se dá a partir do contato, das relações entre os indivíduos. É por meio das relações que as crianças constroem significados para a sua vivência.

A escola, ao se omitir em relação a essas práticas racistas, contribui para o um processo que vai condicionando as crianças negras ao fracasso, à submissão, enquanto que as crianças brancas (ou consideradas como tal) cristalizam um sentimento de superioridade, já que não há ações que façam com que ela deixe de ser convencida disso.

Esses mecanismos de discriminação acabam por excluir a criança e os adolescentes negros do processo educacional, provocando evasões ou, mesmo ele permanecendo na escola, tendo pouco interesse e um péssimo rendimento. Cavalleiro (2000), ressalta que o silêncio permanente dos professores perante o respeito das diferenças étnicas no ambiente escolar estimula os alunos a continuar a agredir os(as) colegas que passam a fazer dos xingamentos práticas cotidianas.

O preconceito racial e o racismo no Brasil se manifestam no cotidiano das relações pessoais, na mídia, nas empresas, através dos processos de contratação, políticas de promoção , tomada de decisão em relação a demissões, nas lojas, enfim, os negros são sempre os que recebem o tratamento baseado no

preterimento. Já ouvi vários relatos através da mídia, de pessoas negras que são discriminadas dentro de estabelecimentos comerciais. Um exemplo disso foi o relato que nós, alunos do curso História da África e Culturas Afro-brasileiras, ouvimos do professor Renato Emerson dos Santos: ele entrou numa concessionária de automóveis para comprar um carro zero e ficou esperando para ser atendido. Nenhum vendedor se aproximava dele para atendê-lo, atendendo clientes que chegavam depois dele. Diante de tanto descaso, e de tanto esperar, ele acabou desistindo do negócio.

Fatos como esse que ocorreu com o professor Renato, segundo Gomes (2005), ilustram a relação entre a dimensão institucional do preconceito racial e o elemento estético observável. A aparência física aliada à cor da pele é interpretada pelo outro como uma falta, isto é, falta de dinheiro e negação do direito de frequentar determinados espaços sociais.

No caso de pessoas menos combativas, com certeza ela vai introjetar o preconceito e aceitar a condição de que determinados lugares não são para ela. É o que percebo quando alunos negros, numa excursão, chegam a determinados lugares: o sentimento de não pertencimento; de não serem digno de estar ali.

Em relação à família, sabe-se que infelizmente não são poucos os casos de crianças negras que, tendo irmãos (ãs) de pele mais clara, tendem a ser preteridas e discriminadas pelos próprios pais. O oposto também ocorre: crianças e adolescentes brancos já trazem de casa uma má educação aprendendo no seio familiar os estereótipos pejorativos que atingem os negros no Brasil.

Segundo Gomes (1995), a família cumpre importante papel na formação positiva da identidade da criança negra. É no espaço familiar que se desenvolve a afetividade, que se fala sobre a ancestralidade e que e que se aprende-ensina a falar sobre o pertencimento racial de forma negativa ou positiva. Mas na minha opinião, as famílias dos não-negros também poderiam cooperar para romper com o racismo e a discriminação. Se assim não procedem, cabe mesmo à escola cumprir o seu papel, educando no sentido de democratizar as relações humanas e raciais no cotidiano escolar, que conseqüentemente irá refletir no espaço extra escolar.

Diante das evidências observadas no ambiente escolar (na minha escola), de que há uma falta de identidade positiva de muitos alunos negros e pardos, fica claro que no âmbito familiar não houve a construção dessa identidade. Sendo assim, cabe à escola debater e implementar políticas que desenvolvam essa identidade e elevem a auto-estima desses jovens. "Qualquer identidade se constrói no contato com o outro, na negociação, na troca e no diálogo". A identidade negra não escapa disso"(Gomes2004).

A antropóloga Nilma Bentes (1993, p.20) afirma que negros e brancos são tratados diferentemente porque a raça tem uma operacionalidade na cultura e na vida social. Ela tem esse peso porque as características físicas são usadas por nós para identificar quem é negro e quem é branco no Brasil. E mais, seriam usadas para discriminar e negar direitos e oportunidades aos negros em nosso país.

Ainda segundo Bentes (1993, p.16), no Brasil o preconceito está fundamentalmente nos caracteres físicos. A discriminação "cultural" vem do físico, pois os racistas acham que "tudo que vem de negro, de preto" ou é inferior ou é maléfico (religião, ritmos, hábitos, etc.).

Lembro-me que há alguns anos, uma colega negra, professora de Educação Física, propôs que a escola promovesse um concurso de beleza negra. Seria para eleger a aluna negra mais bonita. Eu disse a ela que talvez não fosse o ideal. Ninguém diz: "*que branca bonita!*" Talvez eu esteja enganado, mas o importante é que as pessoas aprendam a não separar as pessoas pelo fenótipo. Uma mulher é bonita e pronto, independente de sua cor, do seu tipo de cabelo, etc. Ela desistiu do concurso. Mas hoje entendo que realçar as diferenças é importante.

Gomes (1995) ressalta o quanto é conflituoso ser mulher negra em uma sociedade racista e o quanto o racismo afeta várias dimensões da vida dos sujeitos, entre elas, os relacionamentos afetivo-sexuais numa sociedade racista, a mulher negra, geralmente, não é vista como padrão de beleza ideal aos olhos masculinos, como acontece com a mulher branca e loira. Nessa perspectiva não podemos

desconsiderar a forte introjeção dos valores racistas a influenciar as escolhas afetivas.

No contexto do racismo, há uma desvalorização do corpo negro, da imagem do negro, do seu cabelo, sua cor da pele. Esses são componentes importantes na construção da corporeidade e da identidade, mas são ícones desvalorizados na sociedade brasileira, regida , por julgamentos estéticos fortemente influenciados pelo padrão branco de beleza.

Segundo Gomes (2003), são questões que interferem no processo de autoaceitação dos negros, que se dá no seio de uma sociedade onde prevalece um movimento ambíguo de aceitação/rejeição/ressignificação da identidade.

Souza (2005) considera que as características construídas historicamente acerca da população negra precisam ser reconstruídas, já que as imagens veiculadas pela mídia e em muitos livros didáticos, muitas vezes reforçam estereótipos sobre o negro e sua cultura. Para essa autora, a reconstrução da história da população negra precisa ser feita “a partir de parâmetros mais positivos”, para que ocorra a elevação da auto-estima das crianças negras e a construção de uma representação social baseada em conceitos reelaborados.

É fundamental citar aqui um fato ocorrido no Estado do Paraná em 2007, quando representantes do Coletivo da Igualdade Racial e ACNAP (Associação Cultural da Negritude e Ação Popular) denunciaram junto ao Ministério Público em Londrina, e anexaram a carta do professor Edmundo Silva Novais que pedia a retirada do livro didático da Editora Positivo-Coleção conversando sobre História-3ª série, do autor Francisco Coelho Sampaio, que trazia ilustrações racistas. Segundo o professor o livro descumpra a lei e negligencia a história dos povos negros na história do Brasil. Relatou o exagero de imagens em que pessoas negras aparecem em condições humilhação e de sofrimento. Eram 25 imagens no total, dentre as quais 10 mostram negros apanhando e sendo humilhados por pessoas brancas. A imagem mais chocante é a que representa crianças negras sofrem acorrentadas pelo pescoço. O termo escravo aparece 73 vezes, intercalando os termos negros e africanos, o que podendo fazer as crianças acreditarem que são sinônimos. Felizmente as entidades

acima citadas, obtiveram parecer favorável à mudança do conteúdo negativo sobre a participação do negro na História do Brasil.

Fazendo uma observação acerca desse fato, posso concluir que, tanto as crianças negras quanto as brancas, introjetariam aquelas cenas cada uma ao seu modo. As brancas podiam cristalizar a idéia de superioridade sobre aqueles que eram subjugados nas imagens do livro, transferindo esse sentimento negativo para seus colegas negros. Os negros poderiam sentir revolta e ao mesmo tempo se sentirem humilhados e inferiorizados, nutrindo um complexo de inferioridade e conseqüentemente, de rejeição a sua negritude, rejeição de pertencimento ao ser negro.

Quando observo as falas preconceituosas e racistas em relação ao fenótipo das pessoas negras e pardas no cotidiano escolar, dando a entender que ser negro é ser inferior, percebo que por trás de uma fala como essa, vinda de um pré-adolescente ou de uma criança, está a sociedade e o mundo adulto, alicerçados em uma representação racista e preconceituosa.

Essa constatação está embasada nas fontes que acabei de citar, onde os vários pesquisadores me municiaram do material necessário para o desenvolvimento dessa hipótese e do meu plano de ação.

Através da observação e da aplicação do questionário, pude constatar que ocorrem agressões de cunho racista mesmo entre iguais. Não é raro meninos negros agredirem meninas negras com termos relacionados aos fenótipos: "*macaca chita*", "*beijo de égua*", "*Cabelo de bombril*", entre outros.

Também ocorrem agressões relacionadas à religiosidade afro-brasileira, tais como "*sua mãe é macumbeira*". Reiterando que são agressões que partem, muitas vezes de alunos negros. Mas o que está por trás desse comportamento? O processo de desvalorização do negro na sociedade, desvalorização do seu fenótipo, as crenças de que ser negro é ser inferior, feio, incapaz intelectualmente, que diametralmente oposto está o branco, considerado o padrão esteticamente aceitável como ideal, bonito, mais capaz e por isso ocupa, em sua maioria, as camadas mais

favorecidas socioeconomicamente. Dessa forma dá a entender que alguns alunos negros sentem vergonha de ser negros e vergonha dos seus iguais exatamente por que introjetam os estereótipos pejorativos em relação aos negros, que estão arraigados na nossa sociedade e contaminaram a família, a mídia, os livros, etc.

Sintetizando, podemos apontar a partir dessas análises os seguintes referenciais para a uma prática educativa comprometida com a superação do racismo:

1º - Desmistificar estereótipos veiculados na mídia;

2º - Não silenciar diante das práticas racistas no cotidiano escolar;

3º - Promover ações de valorização e afirmações positivas da identidade negra.

Além disso, ressaltamos as orientações expostas nos princípios educativos expostos na Lei 10.639/03:

1º-Consciência Política e Historicidade da Diversidade;

2º-Fortalecimento de Identidades e de Direitos;

3º-Ações Educativas de combate ao Racismo e a Discriminações.

4.OBJETIVO GERAL.

Combater o racismo e as práticas discriminatórias dentro da escola por meio de ações educativas que aborde a contribuição da cultura afro-brasileira na nossa sociedade discuta e construa a identidade étnico-racial na comunidade escolar, a partir da reflexão sobre a diversidade sociocultural da sociedade brasileira.

5.OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Tirar o continente africano da obscuridade e do ostracismo a que ele propositalmente foi colocado;
- b) Desconstruir a visão demonizada atribuída às manifestações culturais de matrizes africanas, especialmente no âmbito religioso;
- c) Conhecer e valorizar a história da África e do povo negro;
- d) Entender a forma dos africanos ver o mundo (cosmovisão);
- e) Conhecer e respeitar as manifestações culturais dos afro-descendentes, bem como as formas de resistência criadas pelos negros no Brasil e em outras partes do planeta;
- f) Elevar a auto-estima das alunas e dos alunos negros através de ações práticas na escola e de oficinas;
- g) Diminuir e se possível combater a discriminação racial na escola através de intervenções pedagógicas;
- h) Compreender as formas de organização da sociedade africana;
- i) Combater os estereótipos criados pelo sistema excludente e sustentados pela grande mídia à medida que toma como referência o padrão de beleza baseado em fenótipos europeus;
- j) Criar e provocar reflexões e questionamentos sobre a exclusão social;
- k) Conhecer a lei 10.639/03 e a mais recente atualização da mesma, com a edição da lei 11.645/08;
- l) Orientar o aluno a respeitar as diferenças e saber lidar com os conflitos raciais quando eles surgirem;

- m)-Oferecer aos alunos ferramentas de combate ao racismo;
- n)-Entender os conceitos de raça, etnia, negritude, branqueamento e outros;
- o)-Romper com o mito da Democracia Racial;
- p)-Levar o aluno ao processo de formação de identidades;
- q)-Reconhecer a existência de uma grande diversidade étnico-racial no Brasil;
- r)-Combater a visão etnocêntrica divulgada nas escolas brasileiras;
- s)-Levar o aluno a entender o tipo de racismo praticado no Brasil, conhecido como “racismo ambíguo”;
- t)-Conhecer a literatura afro-brasileira.

6.DESENVOLVIMENTO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para desenvolver esse trabalho, tenho contado com o apoio de Diana Silva, professora de história, negra, mestre pela UFMG, que também atua no Ensino superior. Diana tem sido uma parceira importante em muitas atividades que tenho desenvolvido mesmo antes de terminar de elaborar esse projeto.

O plano de ação terá a duração de um ano e compreenderá oitenta aulas, três de Geografia e três de História ao mês, descontando o período de férias. Incluirá também oficinas relacionadas ao tema, como de capoeira, penteados afros, comidas típicas, etc.

Será utilizada uma metodologia baseada em procedimentos que valorizem a História da África, a cultura afro-brasileira, e aborde com clareza e objetividade a

questão racial no âmbito escolar, visando o seu combate e a construção da democracia étnico-racial. Os procedimentos estão enumerados abaixo:

a) Combinar com os alunos que durante a aplicação do plano de ação, três aulas por mês serão dedicadas para o desenvolvimento do projeto. Em alguns casos, como na exibição de filmes, contarei com o apoio da professora Diana, que gentilmente garantiu-me que poderei utilizar algumas de suas aulas;

b) Entregar aos alunos cópia do texto da lei nº. 10.639/03, sendo esse o ponto de partida para o desenvolvimento de um processo combate ao racismo;

c) Convite à participação da comunidade escolar em diálogos e projetos sobre identidade negra e ações afirmativas;

d) Promoção de incursões em locais culturais da cidade e no bairro, dando oportunidade aos afro descendentes para a apropriação do seu papel de sujeitos de direito;

e) Promoção de trabalhos com imagens que destaquem o negro em diferentes áreas do conhecimento artístico, cultural, científico e econômico;

f) Promoção de eventos de valorização da cultura afro-brasileira através de desfiles com alunos caracterizados com trajes típicos, penteados afros, leitura de poemas africanos e gincanas com desafios baseados em temas pertinentes;

g) Engajamento de toda a comunidade escolar em uma mudança de postura, evitando apelidos depreciativos, piadas de mau gosto que sugerem incapacidade do negro ou desrespeito às religiões de raiz africana;

h) Desenvolvimento em sala de aula de atividades que abordem o continente africano de forma positiva nos aspectos históricos e geográficos;

i) Utilização do laboratório de informática como instrumento de pesquisa a temas pertinentes ao continente africano, assim como de inclusão digital;

- j)Exibição de filmes relacionados ao colonialismo europeu na África e seu efeito deletério para o continente;
- k)Exibição de filmes que abordem a questão do racismo e a luta pela sua extinção.
- l)Exibição de filmes brasileiros engajados na luta contra o racismo;
- m)Sessões de música africana legítima;
- n)Sessões de música brasileira cujas letras condenam o racismo;
- o)Desenvolver projetos de leitura afro-brasileira,utilizando os kits de livros da biblioteca que são pertinentes;
- p)Elaborar junto aos alunos cartazes e murais valorizando a beleza negra através de fotos feitas com os próprios alunos;
- q)Elaborar junto aos alunos cartazes e murais com fotos da população africana, suas cidades, paisagens naturais, e beleza de sua fauna;

7. AVALIAÇÃO

A avaliação do projeto será feita de forma contínua, ao final de cada mini-projeto contido no cronograma de atividades. Serão exercícios avaliativos em sala de aula, debates, pesquisas extra-classe, trabalhos realizados em grupo e suas apresentações.

Ao final do ano, coincidindo com o encerramento das atividades letivas ocorrerá o fechamento do projeto quando haverá a culminância de todos os temas. Haverá uma exposição na escola com os trabalhos desenvolvidos pelos alunos: cartazes, pinturas, teatro, músicas que expressem a cultura afro-brasileira.

Concluindo, buscarei destas avaliações verificar se os objetivos estabelecidos no cronograma foram alcançados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da delicadeza e da gravidade da questão racial no âmbito escolar como reflexo do problema em nossa sociedade, cabe a nós, profissionais da Educação, sendo sensibilizados pelo problema, tornarmos responsáveis pela promoção de uma educação anti-racista, no sentido de não medir esforços para garantir igualdades de direitos e de aprendizagem para todos, negros e brancos.

Tomar atitudes de combate ao racismo na escola e promover a igualdade racial, inclui a implementação da lei 10.639/03, que representa uma possibilidade de avanço para a implementação de um conteúdo não eurocêntrico em relação à História da África e da cultura afro-brasileira. Para isso, torna-se necessário uma atenção por parte dos professores aos materiais didáticos utilizados para ministrar suas aulas, tomando cuidado com textos e ilustrações que possam estimular e reforçar o racismo, denunciando aqueles que por ventura se encaixe nessa definição.

Falar de racismo em sala de aula pode causar desconforto em alguns, talvez pela crença no mito da democracia racial, tão arraigado em nossa sociedade. Os textos propostos e as referências bibliográficas as quais tive acesso no curso História da África e Culturas Afro-Brasileiras, me deram suporte teórico para tratar desse tema, me despertando para o problema da desigualdade racial, que não está desvinculada da desigualdade socioeconômica. A professora Nilma Lino Gomes foi meu principal suporte, minha principal referência pelo conjunto de sua magnífica obra. Com todos os professores aprofundi mais meus conhecimentos, seja em relação à África e aos afro-brasileiros, como também em relação à Ética, disciplina do professor Amauri, onde aprendi que a coerência entre o discurso e a prática deve estar presente em nossas aulas. Inês de Castro me deu um grande suporte na questão do combate aos estereótipos. Marlucy Paraíso foi de suma importância com sua disciplina voltada para o currículo, onde aprendi que não basta aplicar currículo formal, temos que estar atentos também ao currículo que o aluno já traz para o âmbito escolar com a sua experiência digamos, “Fora dos Muros da Escola”. E o professor Erisvaldo, tão esclarecedor com suas aulas sobre as religiões de matrizes africanas, as quais precisam ser dessatanizadas, valorizadas pelo seu conteúdo benigno, ao contrário do que pensam os eurocentristas.

Valorizar os conteúdos, como a literatura baseada em contos africanos e afrobrasileiros, ensinar o respeito às religiões de matrizes africanas, as formas de resistência e luta dos negros, como os quilombos e atualmente a luta do movimento negro e sua resistência em preservar a cultura afro, durante as aulas, pode e deve contribuir para elevar a auto-estima de alunos negros.

As ações concretas contra o racismo na escola devem amenizar o prejuízo que esta prática vem trazendo para alunos negros e, portanto, trazer melhores condições e possibilidades de aprendizagem e socialização sem traumas.

Ao iniciar algumas ações educativas pude perceber que houve desinteresse por parte de alguns anos, e talvez por estar introjetando neles o mito da democracia racial, de que tudo está bem.

O grande desafio é instigar as pessoas as mudanças, através da exposição da realidade de que o problema existe, é serio e precisa de ações urgentes no sentido sana-los.

As perspectivas são otimistas visto que o corpo discente tem ficado mais interessado. A comemoração do Dia da Consciência Negra foi um sucesso e contou com a participação de todos, alunos, professores e comunidade. Assim, as portas estão abertas para ações dessa natureza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

.**ARAÚJO**, Kelly Cristina/África no Brasil. Ilustração: Cristina Botelho. São Paulo. Ed. Scipione, 2003 (Série Diálogo na Sala de Aula).

.**AMÂNCIO**, Íris Maria da Costa. Literaturas Africanas, e Afro - descendentes na Prática Pedagógica/Íris Maria da Costa Amâncio, Nilma Lino Gomes, Miriam Lúcia dos Santos Jorge. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

.**BRAZ**, Júlio Emílio. Pretinha Eu? São Paulo: Scipione, 1997-Série Diálogo. Literatura Infanto-Juvenil. I Título

.**BENTES**, Raimunda Nilma de Melo. Negritando. Belém: Graphitte, 1993.

.**CAVALLEIRO**, Eliane. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: Contexto, 2000.

.CAVALLEIRO, Eliane. Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: Racismo e anti-racismo-repensando nossa escola/Eliane Cavalleiro(orgs.) São Paulo: Summus, 2001.

.FAZZI, Rita de Cássia. O drama racial de crianças brasileiras: socialização entre pares e preconceito. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

.GIORDANI, Mário Curtis. História da África anterior aos descobrimentos. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

.GOMES, Nilma Lino. A mulher negra que vi de perto; o processo de construção da identidade racial de professoras negras. Belo horizonte: Mazza edições, 1995.

.GOMES, Nilma Lino. Educação e diversidade cultural refletindo sobre as diferenças presentes na escola. Revista do Museu Antropológico, Goiânia, v. 3 e 4, n.1, p. 9-17, 2000.

.GOMES, Nilma Lino. Educação e relações raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In: **MUNANGA**, K. (Org.) Superando o racismo na escola. MEC/SEF, 2000.

.GOMES, Nilma Lino. Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade. In: Racismo e anti-racismo-repensando nossa escola/Eliane Cavalleiro (Orgs.) São Paulo: Summus, 2001.

.GOMES, Nilma Lino; **SILVA**, P.B.G.O. Desafio da diversidade. In: **GOMES**, Nilma Lino; **SILVA**, Petronilha Beatriz Gonçalves (ORGs.). Experiências étnico-culturais para a formação de professores. Belo Horizonte: Autêntica, 2002, p.13-33.

.GOMES, Nilma Lino. Práticas pedagógicas e questão racial: o tratamento é igual para todos(as)? In :**DINIZ**, Margareth ; **VASCONCELOS**, Renata Nunes(Orgs.). Pluralidade cultural e inclusão na formação de professoras e professores. Belo Horizonte, 2004, p.80-108.

.**GOMES**, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: **HENRIQUES**, Ricardo. (Org.) Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília:SECAD/MEC, 2005, p.39-62.

.**GOMES**, Nilma Lino. Identidades e corporeidades negras: reflexões sobre uma experiência da formação de professores (as) para a diversidade étnico-racial /Nilma Lino Gomes et al.-Belo Horizonte: Autêntica , 2006.

.**JACCOUD**, Luciana e **BEGHIN**, Nathalie . Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental. Brasília, Ipea, 2002.

.**MUNANGA**, Kabengele, **GOMES**, Nilma Lino. Para entender o negro no Brasil. São Paulo: Global, 2006.

.**NOGUEIRA**, Izildinha Baptista. Significações do corpo negro. São Paulo: USP, 1998.Tese de Doutorado.

.**PARAÍSO**, Marlucy alves.Currículo, etnia e poder: o silêncio que discrimina. Trabalho apresentado na 20ª reunião Anual da ANPED, Caxambu, MG, 1998.

.**SANTOS**, Erisvaldo Pereira dos. Formação de professores e religiões de matrizes africanas: um diálogo necessário. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

.**SILVA**, Alberto da Costa e. Um Rio Chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

.**SILVA**, Ana Célia da. A discriminação do negro no livro didático. Salvador: CEAO, CED, 1995.

.**SILVA**, Petronilha Beatriz Gonçalves. Africanidades Brasileiras: Como Valorizar Raízes Afro Nas Propostas Pedagógicas. Revista do Professor, Porto Alegre, v.11, p. 29-30, 1995.

.SOUZA, Francisca Maria do Nascimento. Linguagens escolares e reprodução do preconceito. In: Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.236 p. (Coleção Educação para Todos).